



ASSOCIAÇÃO PLANO DE SAÚDE SANTA CASA DE VALINHOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

(Valores expressos em reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE VALINHOS, associação civil, com sede na Avenida Onze de Agosto, 1451 – 6º andar, Jardim Ribeiro no município de Valinhos, Estado de São Paulo, associação privada sem fins lucrativos, com objetivo de operação de planos privados de assistência a saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, dos integrantes dos citados planos de saúde por ela disponibilizados, mediante o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área de saúde médico-hospitalar, possuindo serviços próprios ambulatoriais e odontológicos. Tem como sede e foro na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, estando registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº 41995-8 e classificada no Segmento Medicina de Grupo.

A ASSOCIAÇÃO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE VALINHOS iniciou efetivamente suas atividades como Entidade de Planos de Assistência à Saúde com planos coletivos em julho/2016, e recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar para migração dos beneficiários da carteira de planos de saúde adquiridos a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, que se efetivou em janeiro/2017, passando a operar seus beneficiários efetivamente no dia 11/01/2017.

2 AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A entidade tem por objeto a operação de planos privados de assistência à saúde e odontológicos, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, laboratorial e odontológico, dos integrantes dos citados planos de saúde e odontológicos por ela disponibilizados, mediante, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente

habilitados, para o exercício de atividades na área de saúde médico-hospitalar e odontológica, possuindo serviços próprios ambulatoriais e odontológicos, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

No exercício de 2022 a ANS determinou a aplicação de um reajuste negativo, sem precedentes, de 8,19% sobre os planos de contratação individual e familiar. O impacto desse reajuste negativo na Entidade, em um ano, foi de aproximadamente um faturamento, já que praticamente 80% da carteira de beneficiários é composta por planos de contratação individual/familiar. O impacto negativo dessa medida da ANS, contribuiu para um resultado negativo da Entidade, porém no exercício de 2023, com renegociações de tabelas de procedimentos com a rede credenciada, contratação de novos profissionais auditores dos serviços assistenciais, negociações com os principais hospitais e a substituição de outros serviços de saúde, além da política de vendas de planos coletivos e suspensão dos planos individuais e familiares, a Operadora conseguiu reverter o resultado negativo de 2022, resultando num pequeno déficit de R\$ 49.869,94, ou seja, para o exercício de 2024 temos boas perspectivas de um superávit já no primeiro trimestre e contamos com um bom resultado positivo no final do exercício.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 – lei das sociedades anônimas e alterações promovidas pela lei nº 11.638/07 e 11.941/09.

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão apresentado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2024.

4 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2020 CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”

O CPC 48 estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

Esse pronunciamento substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado, a partir da combinação de dois fatores: o modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa dos mesmos.

O CPC 48 também substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, que abrange todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado e VJORA. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a situação creditícia específica das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças em fatores econômicos ou conjunturais nas perdas de crédito.

Os possíveis efeitos relevantes da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da Entidade, que não foram observados neste exercício, serão avaliados, apurados e ajustados no exercício seguinte.

b) CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”

O CPC 47 está baseado em uma abordagem de cinco etapas, que procura identificar os contratos com clientes, suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Ao final, a entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento, considerando a forma e o momento da transferência dos bens ou serviços aos clientes.

Esse pronunciamento substituiu o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas” e o CPC 17 / IAS11- “Contratos de Construção”, bem como as interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação do CPC 47 foi considerado nas demonstrações contábeis da Entidade.

c) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foi adotado antecipadamente: • Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

• CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” - A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil (cuja norma correlata é o CPC 06 (R1)) e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Esta norma é efetiva para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

5 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

5.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

5.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável:

- i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis;
- ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário;
- iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis;

- iv) provisões para passivos contingentes; e
- v) PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

5.3 RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

5.4 ATIVOS CIRCULANTES

5.4.1 Disponível

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente bancária, registrados pelos valores de custo até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

5.4.2 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

Os saldos apresentados, nas datas do encerramento do exercício, correspondendo às aplicações financeiras dos recursos, composto pelas aplicações dos Recursos Vinculados às Provisões Técnicas e Recursos de Livre Movimentação. O processo decisório sobre os investimentos dos planos de saúde administrados pela Associação Plano de Saúde Santa Casa de Valinhos ocorre no âmbito interno do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos sob a fiscalização do Conselho Fiscal.

5.4.3 Créditos de Operações com Planos de Saúde

Representam valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço

pré-estabelecido, são apropriadas no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.

Uma provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber. Nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato a mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos em havendo pelo menos uma parcela vencida a mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada

5.4.4 Bens e títulos a receber

Essa conta é constituída, basicamente, por outras contas a receber.

5.5 ATIVOS NÃO CIRCULANTES

5.5.1 Imobilizado

Registrado ao valor do custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

5.5.2 Intangível

Essa conta é constituída, basicamente, pelos valores de direitos de uso do software, líquido de amortização. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável

5.5.3 Avaliação do valor recuperável de ativos (TESTE DE IMPAIRMENT).

O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, determina que a Entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (impairment) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias

econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil ao valor líquido recuperável.

5.6 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

5.7 PASSIVOS CIRCULANTES

5.7.1 Provisões técnicas com operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela OPS de acordo com as normas da ANS. Os eventos a liquidar são registrados com base nas faturas de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos. São considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros.

5.7.2 PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)

A Entidade calcula a PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados com base na metodologia de cálculo determinada pela ANS – RN 393/2015 (art. 8º) e alterações posteriores.

5.7.3 PPCNG (Provisão para Contraprestações Não Ganhas)

Definida pela ANS - RN 393/2015 (art. 14), caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora referente a cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito da Receita de Contraprestação à medida que decorre o período de cobertura contratual.

5.7.4 PIC (Provisão para Insuficiência de Contraprestações)

Introduzida pela RN 442/2018, deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de contraprestações não ganhos (PPCNG), forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde (OPS).

5.8 DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

5.9 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Entidade elaborou os fluxos de caixa pelo método direto de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 435/2018 e suas alterações. Desta forma, o fluxo de caixa apresentado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, foi elaborado pelo método direto, de acordo com a NBC T 3.8 e CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela resolução CFC nº 1.303/2010.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método direto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas na Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- **Atividades de investimentos:** são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulante e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamentos.
- **Atividades de financiamentos:** são as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos e pagos pela entidade.

6 DISPONÍVEL

	2023	2022
Caixa	1.642,44	15.679,55
Bancos	333.512,94	59.154,42
Disponível	335.155,38	74.833,97

7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2023	2022
Aplicações Vinculadas ANS	4.987.265,03	4.519.112,77
Aplicações Livres	2.515.481,28	4.000.000,00
Total Aplicações Financeiras	7.502.746,31	8.519.112,77

A Entidade investe em um fundo dedicado a receber recursos de operadoras de planos de saúde, devidamente registradas na ANS, com o objetivo de manter ativos garantidores vinculados a provisões técnicas. A rentabilidade bruta média do fundo, no exercício de 2023, foi de 13%.

8 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	2023	2022
Mensalidade a receber	2.680.585,45	3.587.366,01
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (mensalidades)	- 119.245,93	- 125.606,45
Faturas a receber	1.016.354,01	947.889,95
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (faturas)	- 104.420,66	- 8.904,21
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis	282.327,32	141.965,22
Outros Créditos de Operação de Planos de Saúde	99.032,28	4.793,02
Total de Créditos com Operação de Planos de Saúde	3.854.632,47	4.547.503,54

9 BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2023	2022
Outros Títulos a Receber	-	266.704,23
Total de Bens e Títulos a Receber		266.704,23

10 IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação	Líquido	
			2023	2022
Hospitalares				
Instalações	58.989,70	- 18.115,55	40.874,15	45.280,64
Maquinas e equipamentos	2.697.990,50	- 544.516,12	2.153.474,38	1.403.013,36
Equip. Processamento de Dados	15.382,40	- 11.536,69	3.845,71	6.153,04
Móveis e Utensílios	217.662,33	- 63.956,44	153.705,89	170.030,54
Veículos (Ambulância)	-	-	-	215.131,43
	2.990.024,93	- 638.124,80	2.351.900,13	1.839.609,01
Não Hospitalares				
Instalações	390.484,57	- 32.480,57	358.004,00	366.577,13
Máquinas e Equipamentos	63.929,98	- 1.334,38	62.595,60	62.595,60
Equip. Processamento de Dados	527.267,76	- 224.690,88	302.576,88	334.301,78
Móveis e Utensílios	230.894,70	- 28.388,98	202.505,72	182.563,68
	1.212.577,01	- 286.894,81	925.682,20	946.038,19
Imobilizações em Curso				
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	51.850,00
	-	-	-	51.850,00
Outras Imobilizações				
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros Hosp.	267.500,80	- 16.676,79	250.824,01	203.074,68
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros Não Hosp.	1.760.711,23	- 78.527,72	1.682.183,51	1.519.013,18
	2.028.212,03	- 95.204,51	1.933.007,52	1.722.087,86
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	6.230.813,97	- 1.020.224,12	5.210.589,85	4.559.585,06

11 PROVISÕES TÉCNICAS

	2023	2022
i) Provisões de Prêmios/Contraprestação - PPCNG	1.754.414,44	3.285.925,30
ii) Provisão Insuficiência de Contraprestação	695.065,93	1.671.374,77
iii) Provisão de Eventos a Liquidar - PEL	172.535,21	2.157.708,14
iv) Provisão de Eventos a Liquidar com o SUS - PELSUS	80.462,73	44.371,14
v) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	3.668.572,55	3.439.873,98
Total das Provisões Técnicas	6.371.050,86	8.927.878,56

i) Provisão Para Contraprestações Não Ganhas

Definida pela RN 393/2015, a PPCNG é constituída diariamente, a partir do início de vigência ou emissão do faturamento, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

ii) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras

iii) Provisão para Eventos a Liquidar com o SUS

Valor referente ao ressarcimento ao SUS contabilizado até a 31/12/2022 e aferidos através do relatório gerencial de contabilização disponibilizado pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados

Regulamentado pelo art. 8º da RN 393/2015 da ANS, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em:

- (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou
- (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS, utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% da média anual dos eventos indenizáveis conhecidos nos últimos trinta e seis meses, dos dois o maior.

Nos exercícios de 2023 e 2022 foi utilizada a metodologia da ANS.

12 OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2023	2022
Tributos e Contribuições a Recolher	1.815.660,28	1.731.448,64
Tributos e Contribuições Retidos a Recolher	855.912,06	115.173,78
Parcelamento de Tributos e Contribuições	148.485,84	-
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	2.820.058,18	1.846.622,42

13 DEBITOS DIVERSOS

	2023	2022
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	750.990,24	982.634,35
Total de Empréstimos e Financiamentos a Pagar	750.990,24	982.634,35

	2023	2022
Salários a Pagar	59.794,92	40.072,73
Férias	56.576,88	120.535,28
Décimo Terceiro Salário	-	-
Fornecedores	381.034,05	464.992,04
Total dos Débitos Diversos	497.405,85	625.600,05

14 EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS – CUSTOS

14.1 EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS – CUSTOS

	2023	2022
Planos Individuais e Familiares	25.278.423,13	25.464.946,91
Planos Coletivos	8.968.211,91	7.588.292,98
Total dos Custos por Tipo de Contratação	34.246.635,04	33.053.239,89

14.2 EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES

	2023	2022
Consultas	4.414.144,68	4.202.975,57
Exames	8.281.716,68	7.354.293,28
Terapias	3.593.089,25	1.844.771,41
Internações	9.912.601,06	11.053.037,99
Demais despesas assistenciais	7.866.975,96	9.852.834,14
Ressarcimento ao SUS	178.107,41	193.337,35
Total dos Custos por Tipo de Procedimentos	34.246.635,04	34.501.249,74

15 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Pessoal Próprio	1.895.795,95	2.077.578,49
Serviços de Terceiros	2.159.685,78	1.362.474,27
Localização e Funcionamento	1.610.416,78	1.522.805,70
Publicidade e Propaganda Institucional	409.811,32	1.099.612,85
Tributos, Contribuições e Taxas	370.884,21	337.413,18
Despesas Diversas	179.425,44	88.014,05
Total das Despesas Administrativas	6.626.019,48	6.487.898,54

16 RECEITAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Rendimento das Aplicações Financeiras	600.356,44	503.506,43
Juros Recebidos	196.646,45	121.809,13
Total Receitas Financeiras	797.002,89	625.315,56

17 DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Despesa Financeira com Empréstimos	13.429,31	26.000,00
Despesas por Pagamento em Atraso	60.375,14	0,25
Imposto Sobre Operações Financ. - IOF	24.975,32	4.090,68
Tarifas Bancárias	226.746,64	127.416,82
Total Despesas Financeiras	325.526,41	157.507,75

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade em 2023 e 2022 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo de cunho operacional.



Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco nos exercícios de 2023 e 2022.

19 GARANTIAS FINANCEIRAS

A Entidade possui Aplicações Financeiras Vinculadas à ANS, garantidoras das provisões técnicas, e aplicações livres, apresentando suficiência de vínculo no montante de R\$ 583.140,78 e suficiência de lastro no montante de R\$ 410.605,57 em 31/12/2023.

20 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes relevantes.

Eduardo Jorge Siqueira
Contador
CRC 1SP198867/O-9

Celso Beltramini
Presidente